

Começa semana decisiva para FCDF

Arcabouço fiscal será votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Relatório de Omar Aziz contempla anseios do DF e retira o Fundo Constitucional do teto de gastos. Se aprovada, matéria seguirá para o Plenário

» MILA FERREIRA
» PABLO GIOVANNI

Com a garantia de retirada do Fundo Constitucional do DF (FCDF) do arcabouço fiscal por parte do relator no Senado, Omar Aziz (PSD-AM), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 — que institui o arcabouço — será votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e, se aprovado, poderá ir a plenário no mesmo dia. O momento é decisivo para o fim do clima de instabilidade gerado pela possibilidade de congelamento de parte dos recursos do FCDF, causado pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BR) que incluiu o fundo no arcabouço fiscal.

Uma vez que o texto a ser votado no Senado foi alterado e os senadores devem aprovar uma versão diferente do texto encaminhado pelos deputados, o projeto precisará retornar à Câmara. "Na tramitação de projetos de lei, quando há alteração de mérito pela casa revisora (o Senado), quem dá a palavra final é a casa iniciadora. A Câmara dos Deputados é a casa iniciadora dos projetos de lei do Executivo. Então, precisa voltar", explicou Marcos Queiroz, analista político especialista em processo legislativo. "Na Câmara, a análise se restringe àquilo que o Senado alterou. Os deputados não podem rever os outros itens aprovados anteriormente pela própria Câmara. É só definir se concordam com a alteração do Senado ou não. Daí, encerra-se definitivamente o processo e o projeto é enviado à sanção", completou o especialista.

O PL 93/2023 está na pauta da reunião deliberativa que ocorrerá amanhã, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para votação. No mesmo dia, às 9h, será realizada uma reunião extraordinária na comissão para realização de uma audiência pública que discutirá o arcabouço fiscal. Se não houver

ED ALVES/CB/OA/Press



Proposta será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Se aprovada, matéria segue imediatamente para o Plenário

pedido de vista por parte de nenhum senador, o projeto pode ser encaminhado ao plenário no mesmo dia. "Apreciado na comissão, nós vamos levar diretamente ao plenário, porque é muito importante que o Senado aprove rapidamente o arcabouço fiscal e cumpra essa etapa, que é muito importante para o Brasil", destacou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O analista Marcos Queiroz explicou que, regimentalmente, é possível que o projeto seja aprovado na CAE e votado no plenário no mesmo dia, mesmo que não haja requerimento de urgência.

"O presidente do Senado tem o poder de levar a matéria direto ao plenário sem regime de urgência. Ele pode incluir diretamente na pauta", esclareceu Queiroz.

Prioridade para GDF

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), pontuou que a comocção em torno do Fundo Constitucional incentivou a união de toda a classe política do DF e isso foi positivo para o GDF. "O trabalho tem sido feito. Isso ficou bastante claro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. A mensagem que foi

passada pela população, com o apoio da imprensa, da necessidade de manutenção da fórmula de cálculo, sensibilizou os parlamentares, em especial o relator, o Omar Aziz, o que nós só temos que agradecer pela sensibilidade. Ele já se comprometeu da retirada desse artigo do arcabouço fiscal. Isso nos alegra muito, mas vamos continuar trabalhando até o momento que a gente espanque de vez esse temor que existe", disse o emedebista.

O Fundo Constitucional é um recurso da União repassado anualmente ao DF para sustentar as forças de segurança e também

para o custeio de serviços de educação e saúde. No guarda-chuva do FCDF, há 35,3 mil servidores ativos na área da saúde. Na educação, são 22,9 mil servidores ativos na carreira de magistério e 8,4 mil servidores da carreira assistência à educação. Somando os servidores da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) totalizam-se 20,3 mil servidores.

"O fundo é tão importante, porque caso não houvesse, nem reforma estaríamos entregando nas



Apreciado na comissão, nós vamos levar diretamente ao plenário, porque é muito importante que o Senado aprove rapidamente o arcabouço fiscal e cumpra essa etapa"

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado



A mensagem que foi passada pela população, com o apoio da imprensa, da necessidade de manutenção da fórmula de cálculo, sensibilizou os parlamentares, em especial o relator, o Omar Aziz"

Ibaneis Rocha, governador do DF

áreas da saúde, educação e segurança. Apesar de ter recursos de emendas, a biblioteca que entregamos aqui (em Brasília) é um bem para a população, com a possibilidade de um estudo aprofundado e transformar futuros", disse a secretária de Educação do DF, Helvia Paranaíba em inauguração de biblioteca em Brasília, na última sexta-feira. "Tudo isso é possível porque temos o fundo, que custeia 60% da nossa folha. O fundo segue sendo fundamental, principalmente para a educação. Esperamos que essa matéria seja revista no Congresso Nacional", concluiu a chefe da pasta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades **Página:** 13